

**O NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA (2007): REMEMORANDO SUA FORMAÇÃO E  
PRÁTICAS EDUCACIONAIS DE RESISTÊNCIA**

THE NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA (2007): REMEMBERING ITS TRAINING AND RESISTANCE EDUCATIONAL  
PRACTICES

EL NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE LA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA (2007): RECORDANDO SUS PRÁCTICAS EDUCATIVAS DE FORMACIÓN Y  
RESISTENCIA

Rossana Farias Queiroz Ferrer <sup>1</sup>  
Felipe Cavalcanti Ivo <sup>2</sup>  
Marcos Vicente Marçal <sup>3</sup>  
Maria Elizete Guimarães Carvalho <sup>4</sup>

**Manuscrito recebido em:** 27 de abril de 2023.

**Aprovado em:** 20 de dezembro de 2023.

**Publicado em:** 04 de março de 2024.

**Resumo**

O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), criado no ano de 2007, é um espaço acadêmico de formação e construção do conhecimento em/para os Direitos Humanos (DH). A reconstituição do percurso histórico que lhe deu origem resultou em um novo olhar, na escritura de outra narrativa, que constatou sua relevância para a academia e para as práticas educacionais desenvolvidas no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação em DH. Também, possibilitou uma reflexão sobre as singularidades e objetivos da instituição, em sua atuação na luta pelo cumprimento e promoção dos DH. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por propósito rememorar a criação do NCDH da UFPB, considerando suas

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1275-0923> Contato: rossanafs@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor da Qualificação Profissional da Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Membro dos Grupos de Estudos História da Educação Brasileira e do Grupo de Estudos Memória, História e Educação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9895-3878> Contato: felipejohnny@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Legale. Bolsista CAPES/CNPq. Integrante do Grupo de Estudos Memória, História e Educação – GEMH.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4171-0933> Contato: marcos.vicente.marcal@outlook.com

<sup>4</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com Pós-doutorado em Política Educativa pela Universidade do Minho/Portugal. Professora no Programas de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. Membro dos Grupos de Estudos História da Educação Brasileira e do Grupo de Estudos Memória, História e Educação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8331-837X> Contato: mecarvalho23@yahoo.com.br

contribuições para a academia e sociedade paraibana. Para tanto, efetuou-se uma pesquisa de caráter qualitativo, permitindo interfaces entre fontes documentais e bibliográficas, tendo como foco a formação e as práticas educacionais do Núcleo, investigando documentos, como: o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a Resolução nº 28/2006 de criação e organização do NCDH. Foram contemplados na análise os estudos de Le Goff (2003), Germano (2011), entre outros. Através desses conhecimentos, constatou-se que o Núcleo exerce notória contribuição, atuando como uma entidade de formação, promoção e efetivação dos DH, fomentando atividades necessárias para a consolidação de uma consciência crítica e cidadã, constituindo-se um espaço de transformação e resistência.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos e Educação; Práticas Educativas; Formação da Consciência Crítica; Educação para a Cidadania.

### Abstract

The *Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH)*, of the *Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*, created in 2007, is an academic space for training and building knowledge in/for Human Rights (HR). The reconstitution of the historical path that gave rise to it resulted in a new look, in the writing of another narrative, which verified its relevance for the academy and for the educational practices developed in the scope of teaching, research, extension and post-graduation in HR. It also enabled a reflection on the singularities and objectives of the institution, in its performance in the fight for the fulfillment and promotion of HR. From this perspective, the present project aims to recall the creation of the *UFPB's NCDH*, considering its contributions to the academy and society in Paraíba. For that, a qualitative research was carried out, allowing interfaces between documental and bibliographical sources, focusing on the training and educational practices of the Nucleus, investigating documents such as: the National Program of Human Rights 3 (NPHR-3), the National Plan Education in Human Rights and Resolution n. 28/2006, for creating and organizing the *NCDH*. The analysis included studies by Le Goff (2003), Germano (2011), among others. Through this knowledge, it was verified that the Nucleus exerts a notable contribution, acting as an entity of formation, promotion and effectiveness of the HR, fomenting necessary activities for the consolidation of a critical and citizen conscience, constituting a space of transformation and resistance.

**Keywords:** Human Rights and Education; Educational Practices; Critical Consciousness Formation; Education for Citizenship.

### Resumen

El *Núcleo de Ciudadanía y Derechos Humanos (NCDH)*, de la *Universidad Federal de Paraíba (UFPB)*, creado en 2007, es un espacio académico de formación y construcción del conocimiento en/para los Derechos Humanos (DH). La reconstitución del recorrido histórico que le dio origen resultó en una nueva mirada, en la escritura de otra narrativa, que verificó su pertinencia para la academia y para las prácticas educativas desarrolladas en el ámbito de la docencia, la investigación, la extensión y la posgraduación en DH. También permitió una reflexión sobre las singularidades y objetivos de la institución, en su actuación en la lucha por el cumplimiento y promoción de los DH. En esa perspectiva, el presente trabajo tiene como objetivo recordar la creación del *NCDH* de la *UFPB*, considerando sus contribuciones a la academia y a la sociedad de la Paraíba. Para eso, se realizó una investigación cualitativa que permitió interfaces entre fuentes documentales y bibliográficas, centrándose en las prácticas formativas y educativas del Núcleo, investigando documentos como: el Programa Nacional de Derechos Humanos 3 (PNDH-3), el Plan Nacional de

Educación en Derechos Humanos y la Resolución n. 28/2006 de la creación y organización del NCDH. El análisis incluyó estudios de Le Goff (2003), Germano (2011), entre otros. A través de ese conocimiento, se verificó que el Núcleo ejerce una notable contribución, actuando como entidad de formación, promoción y eficacia de los DH, fomentando actividades necesarias para la consolidación de una conciencia crítica y ciudadana, constituyéndose en un espacio de transformación y resistencia.

**Palabras clave:** Derechos Humanos y Educación; Prácticas Educativas; Formación de la Conciencia Crítica; Educación para la Ciudadanía.

## Introdução

Abordar a temática dos Direitos Humanos (DH) pressupõe refletir sobre os direitos imprescindíveis e intrínsecos à própria condição humana, enquanto garantias mínimas de conservação da dignidade e bem-estar social. Pressupõe, também, a preocupação com a vida, a liberdade e a autonomia em contextos democráticos e antidemocráticos, em que os direitos são, de fato, exercidos ou, constantemente, violados.

Na esfera dessa reflexão, convém destacar que toda pessoa, “apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que as distinguem entre si, merecem igual respeito” (Comparato, 2019, p. 1), portanto, devem ter sua dignidade e integridade resguardadas. Nesse sentido, compreende-se que o respeito pela alteridade precisa ser ensinado e aprendido, para que os direitos sejam praticados em campo fértil, isto é, encontrem recepção nos cenários em que despontam.

Para tanto, a Educação em Direitos Humanos (EDH) emerge de um preceito indispensável que é a compreensão, no tocante à relevância da dignidade humana; além do mais, representa uma educação voltada para a mudança e geração de valores, como meio de propiciar espaços em que os indivíduos em formação possam se reconhecer e se respeitar como “sujeitos de direito”.

O ato educativo não se concretiza como mera replicação, mas possibilita que as pessoas sejam capazes de reconhecer seus direitos (e deveres) e respeitar a dignidade humana do outro (Pessoa, 2011). Esse modo de conceber a educação possibilita que o indivíduo exerça sua autonomia, compreendendo que, dentre seus semelhantes, há diferenças que devem ser respeitadas.

Marinho (2012) ressalta que as instituições educacionais possuem uma elevada capacidade multiplicadora, no que se refere à consolidação dos DH, uma vez que agem no presente e preparam cidadãos para atuar de forma diferenciada na sociedade. No exercício da função de educar, essas instituições assumem grande responsabilidade face à formação, às relações sociais, ações e posturas dos educandos, contribuindo para a construção de um espaço humanizado e humanizador.

Nessa perspectiva, situa-se o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tratando-se de um órgão interdisciplinar que tem por intuito associar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPB e ampliar a pesquisa e a pós-graduação em DH. O NCDH da UFPB reúne professores, estudiosos, pesquisadores, educandos de diversas áreas do conhecimento, preocupados com o exercício dos DH e com a formação consciente dos cidadãos.

Considerando esse entendimento, foi constituído o questionamento norteador do presente trabalho: quais são as contribuições do NCDH para a academia e sociedade paraibana? E por que rememorar esses fatos?

Assim, o objetivo desse artigo é rememorar a criação do NCDH/UFPB, considerando suas contribuições para a academia e sociedade paraibana.

Vale destacar que as reflexões tecidas perpassam pelo pressuposto dos saberes construídos no desenvolvimento de investigação científica sobre a instituição referida<sup>5</sup>, em prol da reconstituição de sua memória histórica e de seu papel na pesquisa, ensino e extensão, dando ênfase às práticas educacionais promovidas e abordando o cenário histórico que impulsionou o processo de sua criação. O diálogo com autores fomentará reflexões fundamentais para a compreensão da função do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, no âmbito da comunidade acadêmica e sociedade.

---

<sup>5</sup> Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida na Universidade Federal da Paraíba, no período de 2017-2018.

## Memória histórica do Núcleo de Cidadania e Direitos humanos da Universidade Federal da Paraíba

Perscrutar o contexto histórico que deu origem a uma instituição educativa representa, segundo Magalhães (2004), agregá-la a um cenário abrangente do sistema educacional, levando em consideração a conjuntura histórica. Essa identificação é relevante para o conhecimento e compreensão das características da instituição, seus propósitos e intencionalidades. Ela apresenta as marcas do seu tempo e cenário de criação, embora adicione novos olhares e transformações do presente.

Tratando-se do NCDH/UFPB, rememorar o percurso histórico de sua criação configura-se como uma relevante investigação, dada a importância que as instituições educacionais em DH possuem para o meio acadêmico e sociedade. Também, permite reconstituir “lugares de memória” (Le Goff, 2003, p. 430) através do acesso ao passado, a partir de inquietações do presente. Assim, tanto rememorar como reconstituir um fato ou acontecimento implicam em um novo olhar, em um refazer ou reescrever uma narrativa, o que aponta para a reconfiguração histórica e para o movimento articulatório entre presente, passado e futuro.

Considerando essa premissa e lembrando para não esquecer, evoca-se que as universidades públicas partilharam o período da Ditadura Civil-Militar, que representou um contexto autoritário, marcado por grandes interferências na educação e imposições do regime, com início em 31 de março de 1964, com um golpe de estado que depôs o presidente João Goulart; e teve seu término com a eleição indireta, via Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves e José Sarney em 1985 (Germano, 2011).

No transcorrer desse período, a UFPB - assim como outras universidades públicas - vivenciou graves processos de violações aos DH, cometidos contra seus dirigentes, docentes, discentes e o setor técnico-administrativo, havendo a criação de órgãos paralelos de informação, censura aos conteúdos e práticas educativas, fiscalização e controle de informação. Como exemplo, pode-se destacar o afastamento do reitor em exercício, o desembargador Mário Moacyr Porto, que foi destituído de seu cargo e substituído por um interventor.

O reitor em exercício, o desembargador Mário Moacyr Porto, dois dias após o golpe de 1964, compareceu ao Grupamento de Engenharia para receber o comunicado do Comando Militar de sua destituição do cargo de reitor da UFPB, substituído pelo interventor, um ex-oficial do Exército e Professor da Faculdade de Medicina, Guilardo Martins Alves (Lima, 2016, p. 68).

A reconstrução de um fato histórico recente é relevante como parte do processo de constituição dos fundamentos da EDH no contexto da educação superior, em específico na UFPB. Ora, a Ditadura Civil-Militar feriu a democracia, instaurou o autoritarismo e a censura, cassando o livre arbítrio e o direito de escolha. A UFPB foi duramente atingida em seu mais alto cargo, constatando-se violência à dignidade humana, impactando nas ações e atividades acadêmicas. Anos mais tarde, como estratégia de resistência, é criado o NCDH. A respeito do período ditatorial, Zenaide (2014) destaca que no âmbito educacional representou “[...] a negação do direito de educar com liberdade. Sem o pluralismo de ideias e a liberdade de organização e participação [...]” (Zenaide, 2014, p.353).

Através de mobilizações de resistência, em resposta aos moldes da violência estrutural, que constituíram um desfalque na liberdade de pensamento, o transcurso de instauração dos DH na UFPB inicia-se em 1970. Esse fato era um reflexo do que ocorria no cenário nacional em que emergiam movimentos sindicais, populares e de educação, atravessando a conjuntura da transição para a redemocratização.

Desse modo, institucionalizaram-se experiências educativas em DH, começando na modalidade não-formal e nas experiências de educação popular para depois alcançar as políticas públicas de DH e educacionais. Essas movimentações exigiram da Educação Superior demandas de ensino, pesquisa, extensão e gestão, pois os DH se tornam um eixo articulador que parte das necessidades reais da sociedade, promovendo estudos e pesquisas junto aos movimentos sociais e às entidades públicas.

Nesse engajamento e no contexto de configuração democrática, ocorre, em março de 1989, na UFPB, a criação da Comissão de Direitos do Homem e do Cidadão<sup>6</sup> (CDHC), através da coordenação do professor Rubens Pinto Lira, articulando professores e técnicos-administrativos com o compromisso social e político com a questão democrática e a dignidade humana, em favor de uma cultura em DH.

---

<sup>6</sup> A comissão foi formada logo após a Constituição de 1988, no reitorado do professor Antônio de Souza Sobrinho, através da Portaria R/GR/009, em caráter provisório.



Acerca da atuação da UFPB na história social dos DH, Zenaide; Dias (2006) salientam que a Universidade exerce um papel determinante através do empenho com a edificação de uma cultura democrática, tendo em vista que, “[...] a UFPB vai até a sociedade, convive com suas necessidades e lutas, delas se compromete ética e socialmente, atuando como parceira [...]” (Dias; Zenaide, 2006, p.69).

As ações iniciais da Comissão pautaram-se em dois eixos: o diagnóstico do sistema penitenciário, em virtude de sua representatividade, como prática da violência do Poder Público no período ditatorial e a estruturação das esferas públicas da cidadania, de modo a consolidar a institucionalidade democrática. Com a Portaria nº 24/1996, a CDHC tem sua nomenclatura alterada para Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Nesse processo, incorporaram-se demandas formativas em DH e a extensão universitária representou a porta de entrada, sendo significativas as experiências de EDH consolidadas no decorrer do período de resistência ao autoritarismo. Tais experiências relacionaram-se com o ensino da graduação e pós-graduação, para além dos limites iniciados pela Comissão dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Em relação à extensão universitária, Silva (2020) evidencia a sua relevância, visto que suas trilhas levam a uma construção cidadã, propiciando que a Universidade estabeleça elos com a sociedade civil. No que diz respeito aos DH, oportuniza que o ensino encontre sua função social colaborando para que os indivíduos se constituam como cidadãos ativos. Nesse contexto de reformas na UFPB, a dignidade humana é construída/reconstruída, tanto na academia como no espaço externo. Os silenciamentos e a ausência de autonomia começam a ser superados e dados a conhecer.

No sentido de agregar as atribuições de ensino, pesquisa e extensão da UFPB e expandir a pesquisa e a pós-graduação, foi instituído, pela Resolução nº 28/2006 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UFPB), em 06 de julho de 2007, o NCDH, como desdobramento da Comissão de DH.

Isso ocorre em concordância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que incentiva o estabelecimento de centros de referência em DH e o intercâmbio de projetos para “apoiar a criação e o fortalecimento de fóruns, núcleos, comissões, centros de pesquisa e extensão destinados à promoção, defesa, proteção e ao estudo dos direitos humanos nas IES<sup>7</sup>” (Brasil, 2007).

---

<sup>7</sup> Intituição de Ensino Superior.

É nesse sentido os objetivos do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, traçados nos termos do artigo 3º, da Resolução nº 28/2006, assim dispostos:

- a) desenvolver programas e projetos em direitos humanos na área de ensino, pesquisa e extensão;
- b) levantar e sistematizar as informações sobre recursos humanos e produção acadêmica existente na área de Direitos Humanos;
- c) promover o intercâmbio técnico-científico entre Universidades, Centros de pesquisas e de ensino, e entidades de defesa e promoção em Direitos Humanos, públicos e privados, em nível nacional e internacional;
- d) fomentar a pesquisa em direitos humanos e divulgar a produção científica e o material didático produzido pelos membros do Núcleo ou de interesse do Núcleo;
- e) contribuir para formação e capacitação em cidadania e direitos humanos;
- f) colaborar na elaboração, apoio e execução da política institucional da UFPB;
- g) contribuir, fomentar e colaborar na implementação e monitoramento de políticas públicas em cidadania e direitos humanos (Conselho..., 2017).

Mediante os propósitos retratados, vale atentar para o fato de que as ações em DH se pautam numa articulação entre ensino, pesquisa e extensão, instituindo vínculos através da construção do conhecimento, os contextos com que atuam e o ambiente educacional em que se inserem. Visa oportunizar estudos e pesquisas que se tornam elementos permanentes de preocupações e intervenção, sendo integrantes do cotidiano acadêmico, caracterizando-se pela sua natureza operativa e não apenas teórica.

Nessa perspectiva, parte-se da compreensão de que o NCDH atua como *locus* motivador e produtor da EDH, evidenciados nos compromissos sociais expressos em seu fazer educativo. Pode-se considerar que as ações realizadas potencializam processos de sensibilização e de formação de sujeitos críticos e atuantes, visto que “[...] a Educação em Direitos Humanos constitui-se em um poderoso vetor de viabilização dos processos socializadores de uma cultura de direitos” (Dias, 2014, p.109). Seus objetivos revelam seu fazer cotidiano e educacional, suas atividades e ações em DH, fomentando a criação de práticas e vivências cidadãs e humanas.

As atividades do NCDH concentram-se em promover seminários, cursos, debates e eventos em DH, posicionar-se e solidarizar-se no campo dos DH, denunciar violações de direitos, promover estudos e acompanhar situações críticas. As palavras dos autores Nunes & Costa (2014) sintetizam a importância dessa instituição:



A UFPB tem uma longa tradição de articulação com movimentos sociais nas suas três atividades, isto é, no ensino, pesquisa e na extensão se constituindo como *locus* de produção de conhecimentos nas áreas em que essas parcerias vêm se dando. É significativo mencionar que a Universidade conta com o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH – bem consolidado e que apresenta uma reconhecida produção de circulação nacional de estudos e pesquisas em Direitos Humanos [...] (Nunes; Costa, 2014, p. 569).

Como espaço significativo de produção de conhecimento, o Núcleo dispõe da seguinte estrutura organizacional: Conselho Técnico Científico, Coordenação Geral, Secretaria, Grupos Temáticos, Comissão de Direitos Humanos (CDH), Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) e Biblioteca Setorial em Direitos Humanos “Enzo Melegari”. Considere-se que o Núcleo apresenta um espaço educacional bem estruturado, com grupos de discussão e Programa de Pós-Graduação, abertos tanto à comunidade acadêmica quanto à sociedade.

Diante do que foi exposto até então, cabe aqui um questionamento: Qual a importância de trazer a memória histórica e/ou práticas educativas de uma instituição educacional em direitos humanos? Segundo Tosi (2006), depreende-se que a Educação em Direitos Humanos deve oportunizar aos indivíduos a compreensão dos seus direitos e deveres, mediante a reflexão acerca das práticas sociais constituídas e do entendimento do percurso histórico dessas práticas para que haja mudanças. Compreende-se, então, que a releitura da memória histórica do NCDH contribui para novos olhares e ações favoráveis aos DH e que possa estimular percepções e valores, como: solidariedade, justiça e respeito a alteridade.

A Universidade Federal da Paraíba tem empreendido, no decorrer de décadas, um papel histórico significativo na estruturação da cidadania democrática cooperando para a capacitação e a formação de sujeitos políticos aptos a lutarem por seus direitos. Assumindo essas práticas, o NCDH/UFPB compromete-se com a sociedade por uma política de DH, protegendo e respeitando a cidadania e a dignidade humana.

A fim de compreender a importância das práticas educacionais exercidas pelo NCDH/UFPB, para a defesa e promoção dos direitos humanos, dedica-se a discussão desenvolvida no tópico seguinte.

## As práticas educacionais do NCDH/UFPB

A EDH possui uma grande relevância, dado o seu comprometimento com a disseminação de uma cultura de paz, tendo em vista que norteia a formação de sujeitos de direitos, colaborando para a construção de uma consciência ética e cidadã (Viola, 2010). É uma educação que orienta para valores imprescindíveis para uma convivência pacífica, respeitosa e para o perdão, desenvolvendo uma formação humana, consciente e crítica, que considera todos os fatores para a vida com solidariedade, sustentabilidade e sem preconceitos.

Levando-se em consideração que essa educação demanda uma proposta pedagógica que contribui de forma direta com a formação dos sujeitos de direito, emerge o questionamento: como se tem constituído as práticas educacionais do NCDH ao longo do tempo?

Na busca por respostas, compreende-se que, a partir de 2007, as ações educacionais desenvolvidas pelo NCDH nos níveis de ensino, pesquisa e extensão estão ancoradas nas políticas em EDH e nos seus objetivos. O PNEDH fundamenta que a EDH representa “[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos [...]” (Brasil, 2007, p. 25). A EDH, nessa perspectiva, orienta o sujeito em todas as dimensões, sejam elas, humana, política, educacional, social, entre tantas outras.

A seguir, apresenta-se as práticas educacionais desenvolvidas pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos/UFPB e seus respectivos níveis de ações.

**Tabela 1** - Ações educacionais do NCDH / UFPB no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão

Níveis das ações	Atividades/Cursos
<b>Ensino</b>	Cursos de Especialização em Direitos Humanos Cursos de Aperfeiçoamento e Capacitação em Educação em Direitos humanos Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (Mestrado) Participação e/ou realização de eventos em Direitos Humanos - conferências, seminários, encontros
<b>Pesquisa</b>	Pesquisas em Projeto de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq Publicações de livros na área dos Direitos humanos Grupos de Pesquisas e Estudos Programa de Extensão Universitária (ProExt)
<b>Extensão</b>	Projetos de Extensão Educação em e para os Direitos Humanos Cursos de Extensão em Educação em Direitos Humanos Eventos (Conferências, Seminários e Fóruns)

Fonte: De autoria própria (2023)

Verifica-se que o trabalho educacional desenvolvido pelo NCDH contempla a tríplice e indissociável missão universitária: pesquisa, ensino e extensão. Esse trabalho educacional considera os DH como eixo norteador, orientando-se pelas demandas da sociedade paraibana e comunidade acadêmica e científica, estabelecendo a efetivação de estudos e de pesquisas que contribuem como subsídios para a extensão.

A respeito disso, Tosj; Zenaide (2014) enfatizam que a abordagem a partir de uma perspectiva dos Direitos Humanos requer um diálogo frutífero entre diferentes campos do conhecimento e além dele, o que permite a articulação de métodos e conhecimentos que colaboram para configuração de um novo perfil profissional, mais humanizado.

Dessa forma, a EDH é concebida como um processo, ou seja, como elemento integrante de ações que englobam a composição organizacional, estendendo-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão que são empreendidas, articulando as seguintes dimensões, conforme o PNEDH:

- a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados;
- e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (Brasil, 2007, p. 25).

Depreende-se, então, que os processos educativos desenvolvidos pelo Núcleo estão em concordância com as dimensões dispostas no PNEDH, pois objetivam desenvolver, a partir de uma concepção centrada nos DH, a correlação existente entre a produção de conhecimentos, as realidades com que trabalham e o âmbito institucional no qual encontram-se inseridos.

Não é demais frisar que essas ações educacionais evidenciam o indivíduo como agente ativo do processo de aprendizagem, estimulando o questionamento e a construção do saber. Ou seja, promovem uma educação para a emancipação. A respeito disso, Paulo Freire ressalta:

O homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos. Assume a postura de um sujeito cognoscente de um objeto cognoscível. Isto é próprio de todos os homens e não privilégio de alguns ( por isso a consciência reflexiva deve ser estimulada, conseguir que o educando reflita sobre sua própria realidade). Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (Freire, 2020, p. 16).

A EDH se manifesta como um meio que motiva as pessoas a exercerem a transformação e almeja viabilizar “[...] processos de ensino aprendizagem participativos e ativos, que tenham como fundamento uma educação *em, sobre e para* os direitos humanos” (Freitas, 2006, p. 176). É importante lembrar, que a educação não ocorre apenas em instituições educativas, mas, também, na vida cotidiana. Assim, como sujeito cognoscente, reflexivo, ensina-se e aprende-se com pessoas e experiências rotineiras, a todo momento e em espaços diversificados.

É seguindo essas trilhas que a Universidade Federal da Paraíba tem proporcionado, no âmbito da graduação, de maneira transversal, a inserção dos DH em projetos político-pedagógicos, como também, em disciplinas optativas e obrigatórias nos cursos de Pedagogia, História, Serviço Social, Filosofia, Direito, Relações Internacionais e através de estágios supervisionados.

No decorrer dos anos, o NCDH firmou parcerias internacionais e nacionais que permitiram compartilhar recursos e conhecimentos acerca dos DH, contribuindo para a expansão da rede de contatos, bem como, proporcionar uma maior diversidade de perspectivas e ideias no tocante as atividades acadêmicas. Conforme quadro a seguir:

**Tabela 2 - Parcerias do NCDH/UFPB**

<b>Órgãos Internacionais</b>	Consortio latino-americano de Direitos Humanos
	BRITISH COUNCIL – Universidade de Warwick, Grã-Bretanha
	Cátedra UNESCO de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância
	Escola de Direito da Universidade do Minho – Portugal
	Universidade de Camerino – Itália
<b>Órgãos Nacionais</b>	Universidade de Florença – Itália
	Fundação Lelio e Lisli Basso (Roma-Itália).
	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão – CEDDHC/PB
	Comitê Estadual (Paraibano) de Educação em Direitos Humanos – CPEDH/PB
	Comissão de Direitos Humanos do Campus de Sousa da UFCG/PB
Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH-PR (Nacional)	

---

Associação Nacional de Direitos Humanos: Ensino e Pesquisa - ANDHEP  
Instituto Nacional de Direitos Humanos  
Universidade Federal de Goiás  
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do  
Ministério da Educação SECADI /MEC  
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR  
Comissão de Anistia - Ministério da Justiça - CA/MJ  
Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC  
Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESU/MEC

---

**Fonte:** De autoria própria (2023).

As parcerias estabelecidas possibilitaram várias experiências educacionais e pedagógicas de docentes e discentes vinculados ao Núcleo, além de terem contribuído para a institucionalização das práticas em EDH, cujos reflexos propagam-se na sociedade paraibana. Tais práticas estão em concordância com a concepção contemporânea dos Direitos Humanos, que visa promover um diálogo entre os sujeitos e a compreensão das concepções de “cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, por sua vez inspiradas em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência” (Brasil, 2007, p. 23).

O PPGDH foi aprovado em 28 de julho de 2011 e conta com a infraestrutura do NCDH, dispondo das linhas de pesquisa: Políticas Públicas em EDH; Territórios, DH e Diversidades Socioculturais, assim como, DH e Democracia: teoria, história e política. A criação do Programa pode ser considerada como uma forma de resistência, fato já revelado em suas linhas de pesquisa, que apontam para estudos e discussões sobre os DH e suas preocupações atuais.

As lutas em torno dos DH vêm se ampliando, fazendo com que núcleos de estudos, pesquisa e extensão se constituam em setores pioneiros em articular ações, principalmente, de pesquisa e extensão, relacionando-as com o ensino na graduação e pós-graduação.

Dessa forma, ao retomar o questionamento norteador deste trabalho, constata-se que o Núcleo exerce uma notória contribuição, atuando como um instrumento de formação, promoção e efetivação dos DH, fomentando meios necessários para a consolidação de uma consciência crítica e cidadã local e regional. Nessa perspectiva, reconstituir essa história e memória é fundamental para a construção da visibilidade do NCDH, como forma de não esquecer sua origem e lutas por direitos.

## Considerações finais

Este estudo permitiu realizar reflexões e compreender como se delineou a trajetória do NCDH, orientando para a necessidade de revisitar o passado, estabelecendo conexões, em um trabalho em que o passado e o presente se encontram, buscando explicações sobre o contexto histórico. O olhar para a criação do NCDH e sua atuação em quase vinte anos de história são fundamentais nesse momento de incertezas e vulnerabilidade, para que se possa reconstruir a vida e os direitos básicos.

O NCDH atua na conscientização em defesa dos direitos fundamentais, constantemente atacados pelos sistemas político e financeiro, com propósito de fragilizar as instituições, os bens e as políticas públicas. Manifesta-se, principalmente, na assistência aos mais vulneráveis, intencionando reconstruir a ordem estabelecida permeada por desigualdades, fomentando ações e práticas que promovam o empoderamento e a solidariedade entre os seres humanos.

As práticas educacionais desenvolvidas partem das necessidades reais da sociedade, através da efetivação de estudos e de pesquisas que contribuem como subsídios para a extensão, como no campo da consolidação e concretização da igualdade, no respeito à diversidade e estruturação de uma cultura cidadã e igualitária.

Deseja-se que esse trabalho possa contribuir para a realização de importantes discussões na ampliação de espaços para a reflexão sobre a relevância das instituições em DH, como ambientes fomentadores de transformação e resistência. Aflora-se, também, o anseio pelo conhecimento das ações desse órgão educacional pela comunidade acadêmica e sociedade, razão maior que orientou essa escritura.

## Referências

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)**. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-naciona-de-direitos-humanos-pndh3>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de educação em Direitos Humanos (PNEDH)**. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2007.



COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Aprova o Regimento do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos – NCDH, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes**. Resolução nº 28 de junho de 2006. Disponível em: [https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/?page\\_id=602](https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/?page_id=602). Acesso em: 03 de abril de 2023.

DIAS, A. A. A perspectiva interdisciplinar dos direitos humanos e seus desdobramentos para a educação em/para os direitos humanos. In: TOSI, G; FERREIRA, L. F. G. F. (org.). **A formação em direitos humanos na educação superior no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 48 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020

FREITAS, F. Educação para os direitos humanos: qual pedagogia? In: TOSI, G. (org.). **A formação em direitos humanos na Universidade: ensino, pesquisa e extensão**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e educação no Brasil (1964- 1985)**. 2 Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LIMA, J. A D. **História de vida professoral de Mario Moacyr Porto: a cultura jurídica em favor dos direitos humanos (1950-1969)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARINHO, G. **Educar em direitos humanos e formar para a cidadania no ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, I; COSTA, C. Direitos humanos, universidade e movimentos sociais: uma articulação possível na UFPE e na UFPB. In: TOSI, G; FERREIRA, L. F. G. F. (org). **A formação em direitos humanos na educação superior no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

PESSOA, A. C. P. R. **O direito à educação e a educação em/para direitos humanos no PNDH-3**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2011.

SILVA, W. P. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, Natal, v. 11, n. 2, p. 21-32, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491>. Acesso em: 3 mar. 2023.

TOSI, G. Direitos humanos como eixo articulador do ensino, pesquisa e da extensão. In: TOSI, G. (org.). **A formação em direitos humanos na Universidade: ensino, pesquisa e extensão**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006.

TOSI, G.; ZENAIDE, M. N. T. Os direitos humanos na Educação Superior no Brasil: tendências e desafios. *In: TOSI, G.; FERREIRA, L. F. G.; ZENAIDE, M. N. T. (org.). **A Formação em direitos humanos na educação superior no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas.** João Pessoa: Editora UFPB, 2014. p. 27- 65.*

VIOLA, S. E A. Políticas de Educação em Direitos Humanos. *In: SILVA, A. M. M; TAVARES, C. (org.). **Políticas e fundamentos da Educação em Direitos Humanos.** São Paulo: Cortez, 2010.*

ZENAIDE, M. N; DIAS, L. L. A construção dos direitos humanos na UFPB. *In: TOSI, G. (org.). **A formação em direitos humanos na Universidade: ensino, pesquisa e extensão.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006.*

ZENAIDE, M. N. A UFPB nas trilhas do autoritarismo. *In: TOSI, G; FERREIRA, L. F. G. F. (org.). **A formação em direitos humanos na educação superior no Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.*